

Loucos, cientistas e instituições psiquiátricas no Rio de Janeiro (o Hospício de Pedro II, século XIX)

DANIELE CORRÊA RIBEIRO*

Em 05 de dezembro de 1852 era inaugurado na Corte do Rio de Janeiro o primeiro Hospício do Império, representando a grande vitória da ciência e do progresso, levava a alcunha do Imperador que assinara seu decreto fundador, Hospício de Pedro II. No entanto, apesar de os estatutos sagrarem a grande obra da ciência e da caridade como destinada a “alienados de ambos os sexos de todo o Império, sem distinção de condição, naturalidade e religião”¹, grande parte da historiografia que se dedicou ao tema, tem buscado analisar como esse projeto institucional universalista foi desvirtuado ao longo dos seus anos de funcionamento.

Com essa pesquisa, através da análise dos vários perfis sócio-econômicos que figuraram entre os internos do Hospício e as trajetórias burocráticas por eles vividas no processo de internação, pretendemos dialogar com essa historiografia². No entanto, esperamos demonstrar como estavam presentes e eram debatidos no cotidiano da instituição os mais diversos projetos, não só para o Hospício mas para o próprio alienismo, que, de um saber difuso nos primeiros anos de funcionamento do asilo em questão, se consagrou e buscou se legitimar como ciência psiquiátrica em fins do século XIX e início do XX.

Quando o Hospício foi fundado, a psiquiatria não estava institucionalizada como especialidade médica específica no Brasil e a instituição foi administrada, nos seus primeiros anos, por médicos generalistas, estando vinculada basicamente às cadeiras de medicina legal e de higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e sob a égide da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Apenas em 1881 foi criada a cadeira de clínica médica psiquiátrica e moléstias mentais e, em 1890, o Hospício teria uma administração independente da Santa Casa (VENÂNCIO, 2003:887).

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Financiamento: Bolsa de Mestrado Capes.

¹ Decreto 1.077, de 4 de dezembro de 1852. Apud. ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. p. 205.

² Esse artigo é parte do projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no curso de Mestrado.

O presente trabalho visa dar conta da análise do Hospício de Pedro II em um momento marcado pela instabilidade. A instituição acabara de ser inaugurada como espaço privilegiado de tratamento da loucura, sem que existisse, no entanto, um saber já consagrado e institucionalizado para geri-lo. Assim, nasce em meio a disputas, diálogos e alianças que culminariam com a institucionalização e luta por legitimidade da psiquiatria em fins da década de 1880 e início da de 1890. Além disso, a sociedade brasileira de forma geral vivia um momento de intensas transformações sociais e econômicas, dentre as quais podemos destacar o crescimento urbano e a abolição da escravidão. Para isso, precisamos dialogar com autores que vem se dedicando a análise do pensamento psiquiátrico e, em especial, na forma como este se relacionou com as demais esferas da sociedade e com suas transformações.

Diversos autores se dedicaram à história da psiquiatria no Brasil e à análise do pensamento psiquiátrico. Uma das obras fundadoras é *Danação da Norma*, de 1978, cujo principal organizador/autor foi Roberto Machado. Este livro praticamente inaugurou um tipo de abordagem da psiquiatria que tendeu a sobrepor os conceitos foucaultianos à realidade brasileira, associando a medicina, e mais especificamente os saberes psiquiátricos, às lógicas do Estado burguês brasileiro, em formação no século XIX. Imbuído de um caráter denunciador do que a psiquiatria havia se tornado em fins do século XX, Machado busca na origem do pensamento psiquiátrico “elementos para a transformação das condições atuais de seu modo (da psiquiatria) de intervenção”(MACHADO, 1978:12). Assim, imbuído do desejo de denunciar o controle que a psiquiatria exercia em sua sociedade contemporânea, e com base no instrumental teórico foucaultiano, o autor busca rastrear as supostas falhas no surgimento daquela ciência.

O caráter ideológico de sua obra e uma reflexão direta da análise de Foucault para a realidade brasileira foram os principais alvos de crítica. No entanto, muitos dos autores que, posteriormente, se propuseram a uma revisão dessa abordagem, incorreram em armadilhas bastante parecidas, como veremos mais adiante. Apesar das diversas avaliações negativas, o livro permanece como um clássico fundamental para o tema, em especial por ter trazido à tona questões sobre a história da psiquiatria que até aquele momento estavam alheios à historiografia.

Em “As fronteiras da ‘anormalidade’: psiquiatria e controle social” Magali Engel aborda a tenuidade da diferenciação entre o “louco” e o “normal” associada à forte presença da moralidade, influenciada principalmente pelo catolicismo. Sua análise é bastante ilustrativa no sentido de demonstrar o papel do médico psiquiatra como indivíduo capaz de identificar e resolver os problemas da desordem social, representada na figura dos “loucos morais”, ou seja, aqueles que desviavam do padrão esperado pela nascente burguesia.

Em *Os Delírios da Razão* a mesma autora se dedicou a uma análise sobre a forma como a sociedade do Rio de Janeiro abordou a loucura entre as décadas de 1830 e 1930, centrada, principalmente, no Hospício de Pedro II, começando pelas primeiras reivindicações por um espaço destinado ao tratamento dos loucos. O foco da autora é perceber como se deu o processo que ela chama de medicalização da loucura, ou seja, como esta passa a ser vista como doença específica e, portanto, a requerer um tratamento médico especializado (ENGEL, 2001).

Assim como Maria Clementina Pereira Cunha, com quem dialogaremos mais adiante, Engel destaca a teoria da degenerescência de Morel, importante nome da medicina francesa, na segunda metade do século XIX, para a centralidade reivindicada pela psiquiatria como saber científico. A partir do pensamento moreliano surge como preocupação primordial os indivíduos que, apesar de não apresentarem nenhum sintoma da loucura aparente aos leigos, poderiam ser geneticamente degenerados e manifestá-la a qualquer momento. Segundo Cunha:

Nesta categoria, tão eficaz quanto imprecisa, foi possível incluir diferentes segmentos sociais sob suspeita, tanto quanto deter e controlar indivíduos problemáticos, cujo ‘grau’ de perturbação só poderia ser avaliado no interior da instituição asilar, sob os olhos competentes do alienista. Dentro desta percepção do social, e em busca de *demi-fous* e degenerados, o alienismo inicia um processo exaustivo de reconhecimento da multidão, decompondo seu universo de ameaças: criminosos e delinquentes, prostitutas, vagabundos, jogadores, alcoólatras, negros, anarquistas, imigrantes – todos se tornam objetos de um saber que se constrói a partir da observação dos loucos, assim como da população da cidade (CUNHA, 1986: 51).

Gradativamente, a imprecisão na definição do indivíduo que demandava cuidados do asilo teria contribuído para reforçar a importância do médico psiquiatra que deveria, legitimado pela ciência, reconhecer as ameaças para a ordem e tratá-las ou simplesmente isolá-las.

Apesar de reconhecer que o projeto de uma medicalização plena da loucura e do próprio hospício só foi possível após a Proclamação da República, Engel insiste em lançar mão desses conceitos ao longo de toda a obra. Possivelmente este tipo de reflexão esteja relacionado à metodologia utilizada no tratamento com as fontes. A autora trabalha, dentre outros documentos, com relatórios administrativos, regimentos e estatutos internos da Instituição. Apesar de merecerem destaque e terem tido um papel fundamental no conhecimento atual da historiografia sobre a formação da ciência psiquiátrica no Brasil, essas fontes não devem ser tomadas como verdade nem como tradução do que acontecia no Hospício. Muitas vezes, na análise de Engel e de outros autores que usaram o mesmo material, não se problematiza a natureza desses documentos o que leva à impressão de que eles realmente retratam o cotidiano institucional do Hospício. Voltarei a essa discussão mais adiante.

Com foco nas disputas entre religião e ciência pela autoridade no Hospício de Pedro II, Manoel Olavo Loureiro Teixeira também se deteve ao processo que levou à emergência da ciência psiquiátrica no cenário intelectual brasileiro. Em “Deus e a ciência na terra do sol: o Hospício de Pedro II e a constituição da medicina mental no Brasil” o autor defende sua tese de que tal conflito teria marcado a administração do Hospício ao longo da segunda metade do século XIX (TEIXEIRA, 1998). As fontes manejadas pelo autor são da mesma natureza daquelas trabalhadas por Magali Engel.

Embora a hipótese de que tal conflito tivesse marcado os primeiros anos de funcionamento do Hospício seja bem demonstrada pelo autor a partir de relatórios e artigos de alguns médicos que criticavam o papel dos religiosos, cabe uma análise de fontes que deem conta do cotidiano da Instituição para perceber como se dava, na prática, a relação entre as irmãs de caridade e os médicos. Os embates tratados pelo autor estão relatados em fontes que tinham como objetivo claro a legitimação de um em detrimento de outro ator social. Cabe problematizar a natureza dos relatórios dos médicos e administradores do Hospício, nos quais o autor aponta a maioria das críticas feitas pelos médicos ao amplo papel dos religiosos dentro do Hospício. Trata-se de documentos que tinham, além do objetivo de relatar os problemas e glórias da administração, o papel de legitimar posições e papéis, tão caros em um contexto de criação de identidade dos médicos alienistas e de institucionalização de um novo saber.

Nesse sentido, faz-se necessário perceber se, de fato, esses embates eram tão decisivos no cotidiano desses indivíduos ou se seriam apenas uma forma de marcar posição e buscar afirmar sua importância perante a alta administração imperial. Até o momento, em nossas pesquisas com os prontuários, não foram encontrados elementos que possam corroborar a tese de Manoel Teixeira. Tanto ele quanto outros autores que manejaram os relatórios de Teixeira Brandão, principal denunciador do papel das Irmãs de caridade e da administração da Santa Casa, destacam a submissão dos médicos ao poder religioso, comprando a sua ideia de que só entrava e saía da Instituição os pacientes que elas queriam (TEIXEIRA, 1998: 162).

Na análise dos prontuários percebemos que, embora a última palavra sobre a matrícula e a alta dos enfermos fosse do provedor da Santa Casa, este, em geral, acompanhava a decisão do facultativo clínico responsável. Para que um paciente fosse matriculado passava antes por um período de observação, após o qual esse médico responsável emitia parecer apontando se estava no caso de ser matriculado ou não. O parecer então passava pelas mãos do diretor do Hospício, algumas vezes do Mordomo, para só então receber a resposta final do Provedor. Apesar da burocracia, percebemos que cada um desempenhava o seu papel e não encontramos ainda nenhum caso em que a recomendação do médico tenha sido contrariada. O mesmo acontece com relação aos pedidos de alta.

No que se refere aos dois últimos autores citados, que se detiveram em suas pesquisas à mesma Instituição e ao mesmo recorte temporal que me proponho a estudar, existe uma questão sobre a qual ambos se debruçam e que servirá também como questão norteadora deste trabalho: a natureza do projeto para o hospício. Para Magali Engel o Hospício de Pedro II foi um projeto de segregação social que tinha como alvo a população pobre e demonstra que a maioria dos internos “pertencia aos segmentos pobres e miseráveis da população urbana” (ENGEL, 2001: 196). Já para Manoel Olavo Teixeira, o mesmo Hospício foi um projeto para as elites e teria atendido poucos negros e mestiços e quase nenhum escravo (TEIXEIRA, 1998: 143).

Em um primeiro contato com as fontes, podemos perceber que, embora houvesse menos escravos do que a proporção destes na sociedade, a população negra ou mestiça esteve bastante presente na Instituição. Em levantamento feito através do resumo dos prontuários que se encontram no Arquivo do Instituto Municipal Nise da Silveira para

os anos entre 1850³ e 1889 encontramos aproximadamente 1390 livres para 360 escravos ou libertos. Se, com um primeiro olhar, notamos uma discrepância grande em relação a essas categorias, com um olhar mais atento, embora ainda não sistematizado, percebemos que grande parte dos classificados como livres faziam parte das camadas mais pobres da população e ainda encontramos indícios de que parte dos que aparecem classificados como livres são, na verdade, forros⁴.

Outro aspecto comum a estes dois últimos autores citados que chama atenção é a forma homogeneizante como tratam as administrações do Hospício ao longo de quase toda a segunda metade do século XIX. Ambos se dedicam a análises sobre um período bastante longo que basicamente se divide em um primeiro momento de tentativas desacertadas de constituição do saber psiquiátrico e um segundo período de consolidação, que tem como marco inicial a administração de Teixeira Brandão como diretor do Hospício, a partir de 1887 e a posterior separação do Hospício da Santa Casa.

Para Manoel Olavo, Teixeira Brandão, “o Pinel brasileiro”, finalmente entrega “todo poder aos alienistas”, retirando a supremacia das irmãs de caridade e abrindo caminho para a laicização do Hospício, ou seja, para a vitória da ciência sobre a religião. Todo o período anterior a esta transformação é visto apenas pelo ponto de vista da continuidade, sem reconhecer qualquer mudança ou mesmo qualquer caráter científico. O que se pode supor de tal análise é que, baseado nos relatórios e nos escritos do próprio Teixeira Brandão, Olavo tenha assumido as críticas feitas pelo diretor do Hospício às administrações precedentes como verdades absolutas.

Magali Engel, embora com uma análise bem mais sutil, também tende à mesma homogeneização destacando sempre que, embora as ideias de uma administração científica estivessem presentes desde as primeiras reivindicações por um Hospício na década de 1830, os “sonhos de emancipação [...] só se realizariam de modo completo, como será visto, em 1890, após a instauração do regime republicano” (ENGEL, 2001: 194).

³ Existem registros anteriores ao ano de 1852, quando foi inaugurado o Hospício, porque já haviam, segundo relatório do Visconde de Mont’Alegre, Ministro do Império, de 1850, 84 alienados alojados em casas próximas ao edifício que estava sendo construído.

⁴ Um exemplo é de uma parda interna em 1852 que, embora a classificação no prontuário conste como livre, nos anexos consta como liberta. Além disso, desconfiamos que parte dos muitos africanos registrados como livres possam ter vivido a experiência da escravidão.

Com a ênfase nessas transformações de fins do século XIX e início do XX Engel e Olavo deixaram de destacar importantes transformações e debates que ocorreram ao longo das três primeiras décadas de funcionamento do Hospício sem levar em conta as disputas inerentes a um campo científico em formação. A própria estrutura dos prontuários merecerá estudos. Em vista superficial já podemos perceber que os campos sofreram variações. Vimos, por exemplo, que os campos “dietas” e “remédios”, presentes na década de 1850, desapareceram. Outros campos, preenchidos em determinado período, deixam de ser relevantes em outros. Nossa hipótese é de que o processo de institucionalização que estamos estudando tenha contado com uma gama de forças e interesses diferentes que precisaram ser, algumas vezes resolvidos, outras equilibrados para o funcionamento do Hospício. Dessa forma, os projetos teriam sido negociados e redesenhados pela confluência de diferentes interesses e propostas.

Através de uma primeira análise do perfil dos internos entre as décadas de 1850 e 1880, com base em levantamento já efetuado dos aproximadamente 1840 registros disponíveis no acervo, através da relação entre condição social e diagnóstico, percebemos que nesses anos iniciais de funcionamento da Instituição o público alvo, bem como níveis de precisão de diagnóstico, variaram consideravelmente. No que diz respeito à condição social percebemos uma redução gradativa e considerável do número de indivíduos classificados como escravos ou libertos: 180 (28%) na década de 1850; 155 (21,9%) na década de 1860; 17 (7,35%) na década de 1870 e 11 (4%) na década de 1880. Embora ainda não saibamos se essa diminuição se deve a uma transformação macro da sociedade carioca⁵ ou se pode estar relacionada a mudanças no interior do Hospício. Voltarei a tratar da questão mais adiante.

Com relação aos diagnósticos, principalmente das manias, também percebemos variações importantes, em especial na década de 1870, quando estes se tornam mais extensos e personalizados, incluindo sintomas (por exemplo: complicações de alucinação em determinado aparelho), se era uma forma deprimente ou agitada e se era crônica ou periódica. Nas tabelas que se encontram em anexo as diferenças, embora apareçam, inclusive no número de diferentes diagnósticos, que é bem maior naquela

⁵ Para Magali Engel a explicação para a redução do número de escravos internos no Hospício está associada a diminuição de escravos no Rio de Janeiro devido a extinção do tráfico africano. Outro motivo apontado pela autora foi a valorização da mão-de-obra que não foi para outras regiões do país, que teria feito com que estes se concentrassem em setores de atividade mais fundamentais (ENGEL, 2001: 222).

década, não sobressaem tanto porque para contabilizar precisei simplificar e agrupar alguns dos diagnósticos. Para ilustrar citarei alguns dos diagnósticos encontrados, na forma original e completa: mania crônica de forma deprimente complicada de alucinações da audição de natureza alcoólica; mania de forma deprimente complicada de alucinações de olfato, visão e audição, delírio de perseguição.

Essas são sugestões que, além de servir de indício de variações que enfraquecem a perspectiva que tendeu a enxergar um único hospício ao longo dessas quatro décadas, aponta a necessidade de estudos que se detenham mais atentamente a períodos mais curtos.

Além destes, outros autores das ciências sociais tem se dedicado, principalmente a partir da década de 1980, à história de instituições asilares, em especial as médicas, buscando relacioná-las com a formação de determinado saber científico. No entanto, com relação à Psiquiatria especificamente, percebi que a maioria dos estudos ainda estão voltados para o discurso médico por si só, se preocupando apenas superficialmente com a relação deste com as sociedades em que estão inseridos.

Ricardo de Lorenzo em sua dissertação de mestrado buscou analisar, através da investigação dos internos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, uma relação mais direta entre alienação mental e escravidão. Para tal, lançou mão também de uma variedade de fontes que incluíram desde regulamentações da cidade e discussões parlamentares aos livros de entrada da Santa Casa. O esforço em detalhar o perfil quantitativo dos alienados internados no hospital entre 1843 e 1872, através de levantamento estatístico, ao mesmo tempo que nos ajuda a refletir sobre o papel do Asilo para aquela sociedade, acaba, por vezes, deixando as análises qualitativas a desejar, como acontece, por exemplo, quando detalha o número de mulheres internadas em idade produtiva sem apresentar nenhum tipo de conclusão ou análise dos dados encontrados (LORENZO, 2007: 123).

A obra, no entanto, é bastante interessante na medida em que nos traz dados e aspectos de uma região que tem sido negligenciada tanto nas análises sobre a escravidão quanto sobre a psiquiatria no Brasil. Outro aspecto importante a ser destacado é a sutileza com que Lorenzo trata e desvenda alguns dos dados estatísticos apresentados. Um bom exemplo do cuidado com os dados e as fontes é a forma como o autor aponta possibilidades de dimensão micro para explicar certos dados, como é o caso do provável

motivo para o aumento de internos em um determinado momento, atribuído à mudança do chefe de polícia (LORENZO, 2007: 119).

Outro ponto pouco analisado por esses pesquisadores é o impacto que as práticas médicas tem para o resto da sociedade e como esta se relaciona com tal conhecimento. Talvez esse tipo de abordagem seja fruto do corpo documental por eles analisado, geralmente incluindo apenas escritos dos próprios psiquiatras, publicados em periódicos científicos, ou documentos oficiais do Estado. O cotidiano do Hospício e a visão dos internos e da sociedade como um todo sobre o pensamento psiquiátrico são, na maior parte das vezes, negligenciados.

Uma obra bastante relevante no sentido de reconstruir a voz dos internos e de uma História Social do hospício é *O espelho do mundo* de Maria Clementina Pereira Cunha. Neste livro a autora, tendo a loucura como objeto, consegue através do arquivo do Juquery, asilo psiquiátrico de São Paulo, identificar as vozes dos “loucos”. Embora houvesse uma tentativa persistente de silenciar esses pacientes relegando-os à passividade, a autora demonstra como é possível resgatar a ação desses atores sociais na relação com o saber psiquiátrico.

Cunha apresenta a grandiosidade e a riqueza da documentação produzida pelos médicos e demais funcionários do hospício para novos estudos, com objetivos mais específicos (CUNHA, 1986: 17). Embora em alguns momentos da obra a autora tenda a partir para as fontes já com o pressuposto da dominação do poder médico sobre a sociedade como um projeto definido desde os primeiros anos do desenvolvimento da psiquiatria, o livro é exemplo de um vasto levantamento de fontes e de sutileza da análise.

Além dos autores que vem discutindo a formação de um saber alienista no Brasil, principalmente através das primeiras instituições que abrigaram alienados, é fundamental o diálogo com estudos de outras instituições em outros países. Olga Villasante tem desenvolvido uma série de levantamentos e estudos sobre o Manicomio de Leganés na Espanha, justamente na segunda metade do século XIX, que tem contribuído para este trabalho. A autora destaca que os diagnósticos são os dados mais difíceis de serem analisados pela falta de homogeneidade, afirma que “existem quase tantos diagnósticos quanto o número de pacientes que ingressaram” (VILLASANTE, 2010). No primeiro levantamento de diagnósticos por classe social feito para o mesmo

período no Hospício de Pedro II enfrentamos a mesma dificuldade. Nesse sentido, algumas das suas sugestões de agrupamento estão sendo importantes para conseguirmos sistematizar os dados de nossa pesquisa. Além dos diagnósticos outros dados sobre os internos e sobre o funcionamento manicomial estão sendo manejados pela autora e são fundamentais para que possamos estabelecer comparações entre o Hospício brasileiro e outras instituições do mesmo período, sem esquecer que muitos dos nossos médicos faziam constantes viagens à Europa para visitar esses estabelecimentos.

Nessa primeira análise da historiografia sobre o Hospício podemos perceber que as disputas de interesse entre os diversos atores sociais tenderam a ser negligenciadas. A partir das fontes um fator se tornou evidente e, portanto, fundamental para essa análise: a relação com a Irmandade da Misericórdia e, mais especificamente, com a lógica dos favores e da caridade que direcionavam as relações entre poder imperial e médicos e da própria estrutura administrativa do Hospício com os internos.

Ivan de Andrade Vellasco, em artigo que relaciona clientelismo, ordem privada e Estado no século XIX, destaca a importância de análises que se detenham as ligações de grupos de interesse em torno de certas instituições, o que, segundo ele “expressa um avanço em relação às tentativas de entender a complexidade do Estado e da política imperial, nos quais convergem uma multiplicidade de identidades, grupos e interesses” (VELLASCO, 2009, 87).

Outros autores, como Tania Salgado Pimenta (PIMENTA, 2003), Luciana Gandelman (GANDELMAN, 2001) e, principalmente, Mariana F. Melo (MELO, 2009) destacaram a presença dos ideais da caridade e das relações de favores típicas do Antigo Regime na Santa Casa do Rio de Janeiro. A partir da análise dos prontuários médicos do Hospício de Pedro II e dos seus anexos, percebemos como, não só administrativamente, mas do ponto de vista ideológico e de objetivos, a instituição estava diretamente ligada a esses preceitos da Irmandade da Misericórdia.

Os pedidos para internação, a saga por que os familiares precisavam se submeter para conseguir uma vaga gratuita para seus alienados, que incluía conseguir um atestado médico que confirmasse o estado mental e declarações de pobreza demonstram uma rede de conhecimentos, interesses e favores a que estavam ligados. No entanto, embora reconheçamos essas redes de dependência, estamos pensando em uma dependência

mútua, na qual os mais pobres não são vítimas do controle da Santa Casa, mas atores ativos e com interesses próprios.

Nesse sentido, alguns autores tem sido importantes por nortear a forma como analisamos os atores sociais envolvidos no processo de institucionalização da psiquiatria e as relações sociais que ali se estabeleciam. Assim, mais do que fontes de informação sobre os temas aqui abordados, esses autores nos servem como base e ponto de partida para a pesquisa e para as reflexões que estamos desenvolvendo.

A historiografia da psiquiatria no Brasil, à exceção dos escritos memorialistas de médicos, ganhou maior relevância a partir da década de 1970. Esses primeiros estudos, que se tornaram clássicos, tiveram como matriz teórica as abordagens foucaultianas sobre a loucura e o papel das instituições na Época Moderna. Partindo da perspectiva da “medicalização da sociedade” e das relações entre ciência e poder, criaram uma visão da psiquiatria como ferramenta de controle social, diretamente ligada aos interesses das elites, que imperou nas últimas décadas e está presente em grande parte das abordagens sobre o Hospício de Pedro II. Nessas abordagens a psiquiatria surge como ferramenta mais sutil de domínio e disciplinarização e moralização das cidades brasileiras. Os autores fundadores dessa visão foram Roberto Machado com *Danação da Norma*, de 1978 e Jurandir Freire Costa com *Ordem médica e norma familiar*, de 1983.

Robert Nye, em artigo sobre a evolução do conceito de medicalização, de cunho foucaultiano, ao longo do século XX, destacou os fatores que levaram ao domínio dessa escola de pensamento para as ciências sociais (NYE, 2003: 115-129). O autor destaca o movimento de militância estudantil que ganhou força entre as décadas de 1960 e 1970 como decisivos. Foucault e outros autores se preocuparam, principalmente ao longo da década de 1970 em demonstrar como as mais diversas patologias e normas sociais eram construídas socialmente e apontando como os ideais médicos acabaram atribuindo ao louco, ao pobre e ao criminoso o caráter de irracionalidade, legitimando assim a sua intervenção nas sociedades.

Para o autor, o caráter denunciatório dessas abordagens acabou caindo no gosto de uma juventude acadêmica envolvida em lutas sociais, sedenta por desvendar os mecanismos de controle presentes na sociedade em que viviam. Nessas análises médicos e psiquiatras tornaram-se vilões, enquanto loucos e criminosos eram vitimizados em nome da defesa pela emancipação dos indivíduos (NYE, 2003: 116).

Da perspectiva da História Social surgiram críticas a esses modelos foucaultianos, partindo principalmente da relativização do poder que a medicina exercia sobre a sociedade no século XIX. Com relação à história da medicina e da saúde no Brasil destaca-se a análise de Flávio Edler que apontou as divergências que permearam o processo de profissionalização da medicina no Brasil (EDLER, 1998: 178). Essas críticas se detiveram em denunciar a forma como os autores embasados pelo conceito da “medicalização da sociedade” tenderam a olhar para o século XIX com o olhar da medicina já fortalecida das primeiras décadas do XX.

Em *O espelho do Mundo*, Maria Clementina Cunha contribuiu, em especial, pelas suas proposições de revisão das análises foucaultianas, que atribuíram ao saber médico o caráter do domínio sem levar em conta as contraposições. Embora houvesse uma tentativa persistente de silenciar a voz dos pacientes relegando-os à passividade, demonstra como é possível resgatar a ação desses atores sociais na relação com o saber psiquiátrico. Analisando o cotidiano do asilo, ela consegue “recuperar a dimensão de contraposição ao poder absoluto da razão médica” (CUNHA, 1986: 16).

No entanto, se a análise de Cunha é inovadora no sentido de apontar essa contraposição, ainda insiste em afirmar um compromisso a priori dos psiquiatras com as elites. A autora parte para a análise com o pressuposto de que existia um projeto claro de dominação, o que ela faz é apontar os limites encontrados na execução de tal projeto. Embora partindo dessas inovações e de alguns apontamentos de autores já citados, pretendemos perceber os embates presentes na formação desse campo científico, buscando relativizar a existência de um projeto único e pré-definido que legava à Psiquiatria o papel de ferramenta controladora da sociedade.

Outra autora relevante para a formulação das críticas a essas abordagens mais tradicionais foi Maria Helena Souza Patto. Em consonância com algumas ideias já formuladas por Flávio Edler, a autora analisa os limites da medicina brasileira do século XIX, apontando a impossibilidade de médicos, alienistas ou não, assumirem qualquer tipo de controle na sociedade. Apesar de apresentar uma perspectiva evolucionista da medicina no Brasil apontando o século XIX como período pré-científico, as ressalvas que a autora faz sobre a necessidade de se relativizar o papel que tais indivíduos tiveram em nossa sociedade são fundamentais.

No entanto, se essas primeiras críticas geraram uma certa repulsa às obras clássicas aqui referidas e à própria teoria foucaultiana, trabalhos mais recentes tem destacado a importância da sua obra e se preocupado em separar o que é parte da proposta de Michel Foucault e o que foram apropriações inadequadas ou exageradas de sua obra. É com essa linha que pretendemos dialogar mais diretamente ao longo dessa pesquisa.

Robert Nye, no mesmo artigo citado anteriormente, defende essa nova escola que tende a ver a medicalização de forma diferenciada. Nas palavras do autor:

In my view, despite the fact that a generally critical outlook on medicalization still prevails, a complex scholarship has emerged that is more respectful of the archival and field work of historians and social scientists and resists being forced into a rigid ideological or conceptual framework. Medicalization is no longer understood as a nefarious collaboration of experts and state authority imposed from above but a process whereby medical and health precepts have been embodied in individuals who assume this responsibility for themselves. (NYE, 2003: 117)

A prevalência da pesquisa empírica e das fontes em detrimento de um esquema teórico e conceitual pré-determinado é defendida pelo autor como uma forma menos limitada pelas ideologias de se estudar as práticas médicas. No entanto, o autor afirma que o próprio Foucault apresentou variações dessa visão em seus estudos, tornando-se mais sutil a cada trabalho, incorporando elementos que tornavam cada vez mais complexa a ideia de medicalização que, aos poucos, deixava de ser vista como medida vertical, evidenciando a participação de todos os indivíduos nos sistemas de poder. Assim, o poder deixava de ser uma imposição para ser visto como relação.

Partindo dessa perspectiva esse projeto visa dar conta de como os embates entre os atores eram travados no cotidiano da instituição, questionando a ideia de um saber consagrado com objetivo pré-determinado de controle social. Embora não se pretenda negar a existência de interesses sociais e de um certo caráter moralizador em várias das medidas ali tomadas, a ideia é questionar o papel de “vilões” dos psiquiatras. Se, por um lado, pretendemos destacar o caráter científico de tais ações, ou seja, como para além de possíveis preconceitos e juízos de valor, existia uma crença em certo rigor científico por detrás das ações desses indivíduos, buscaremos também demonstrar a participação de outros atores no processo de construção desse saber.

O autor destaca ainda os interesses profissionais dos médicos que, segundo ele, prevaleciam sobre o compromisso com o Estado em nome do enclausuramento de indivíduos e destaca ainda como o vínculo entre ambos era mais fruto de conflitos sociais do que de uma relação automática. Em referência ao trabalho de J. Blecker sobre a Alemanha, Nye afirma:

Aiding and abetting the state in the growth of carceral regimes that segregated the deviant or marginal seems to have been far less important a motive than that of adding to scientific knowledge and practice that would redound to individual practitioners and to the independence and status of medicine as a whole. (NYE, 2003: 121)

Afirma ainda que “medical practitioners were no longer, in his thinking, enforcers or servants of the state but experts in the service of a discourse that, as Foucault put it, was already ‘in some sense immanent in the population’” (NYE, 2003: 118). Partindo desse pressuposto é que ganha relevância em nossa análise a participação, por exemplo, dos familiares nos processos de internação.

Rafael Huertas também tem contribuído para a revisão do conceito de controle social. Em análise sobre a relação entre liberalismo, capitalismo e controle social o autor apresenta novas nuances para se entender esse processo, evidenciando também a participação ativa da população. Embora reconheça o desejo das elites hegemônicas pelo controle social, destaca a formação de um discurso civilizatório que visa construir o auto-controle. Assim, se trata de “una forma de ‘control social’ em el que prima la persuasión y la bujetivación de la norma, frente a la coacción” (HUERTAS, 2009: 40).

Nessa pesquisa estamos tratando a questão da institucionalização da psiquiatria e da internação de indivíduos no Hospício de Pedro II não como um projeto pré-definido e elaborado pelos médicos psiquiatras, mas como um arranjo de alianças e expectativas dos mais diversos atores sociais envolvidos neste processo. Desta forma, a visão tradicional de um projeto de exclusão e moralização que tinha como protagonistas os médicos psiquiatras, vilões que, em nome do preconceito e do compromisso com o Estado em modernizar as cidades, teriam feito as mais irracionais (do ponto de vista da ciência em vigor atualmente) reclusões de indivíduos “inocentes” passa a ser contestável.

A partir dessa perspectiva não negamos a relação dos médicos com outros interesses presentes na sociedade. O que se pretende é sofisticar a análise trazendo à

tona o papel de outros atores sociais, evidenciando o caráter social da ciência. Assim, os projetos da instituição asilar e da ciência psiquiátrica em formação deixam de ser vistos como algo rígido, imposto verticalmente pelo poder imperial através da psiquiatria, seu braço científico, e passa a ser entendido como uma relação que inclui diálogos, alianças e disputas, não só aquelas inerentes ao saber em formação, mas com administradores públicos, médicos e familiares.

O papel exercido pelas famílias nas internações é, de acordo com esse novo viés interpretativo, fundamental. Através dos prontuários médicos e, principalmente, dos documentos anexos, que evidenciam a trajetória do familiar que requer a internação de alguém podemos perceber o caráter ativo da sociedade nesse processo. Essa primeira percepção, que ainda deve ser sistematizada no sentido de desvendar qual era a representatividade desses casos em relação a outras proveniências, como, por exemplo, os que eram enviados pela polícia, inválida, ou pelo menos enfraquece, a perspectiva de um projeto vertical de dominação. É por isso que, uma atenção especial ao cotidiano do Hospício e aos procedimentos burocráticos a que essas famílias se submetiam, podem contribuir para essa análise.

A atuação dos internos e de suas famílias não deve ser entendido como uma submissão a esse controle social, mas como parte da construção deste. Entender as confluências de interesse e a moralidade que toda a sociedade partilhava, nos ajuda a evidenciar os motivos que levavam um pai a solicitar a internação de um filho em um hospício. Nessa abordagem devemos destacar os interesses da população que era atendida pelo Hospício de Pedro II que, além de acreditar na proposta da ciência, via na reclusão a solução para os problemas que ter um alienado mental em casa poderiam gerar.

Bibliografia

BERTOLLI, Claudio Filho. Prontuários Médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 3, n. 1, p. 173-180, Rio de Janeiro: mar/jun. 1996.

BERTOLLI, Claudio Filho. Prontuários Médicos e a Memória da Saúde Brasileira. **Boletim do Instituto de Saúde**, nº 38. São Paulo, abril 2006.

COSTA, Jurandir. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 4ª ed. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1989

CUNHA, Maria Clementina P. **O espelho do mundo** – Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Olívia M.; GOMES, Flávio dos S. (orgs). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

EDLER, Flávio. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico”. **Asclépio – Revista de historia de la medicina y de la ciencia**. V.L-2, 1998. (pp. 169- 186).

ENGEL, Magali G. As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 5 (3): 47 – 63. Rio de Janeiro, nov. 1998 – fev. 1999.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

GANDELMAN, Luciana M. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 8 (3): 613 – 630. Rio de Janeiro, Set-Dez. 2001.

HUERTAS, Rafael. Medicina social, control social y políticas del cuerpo. La subjetivación de la norma. In: MIRANDA, Maria e SIERRA, Álvaro. **Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los siglos XIX y XX**, 2009.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LORENZO, Ricardo de. ‘E aqui enloqueço’ - A alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972). Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2007.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO. A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MELO, Mariana F. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In: ARAUJO, Maria M. **As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal – Brasil (séculos XV-XX)**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009

NYE, Robert A. The evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century. **Journal of History of the Behavioral Sciences**, vol. 39 (2), 115-129. Spring 2003.

PATTO, Maria Helena S. Teoremas e cataplasmas no Brasil Monárquico – o caso da medicina social. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.44. São Paulo: Março 1996.

PIMENTA, Tânia S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro. (1828-1855)**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas: 2003

REIS, José Roberto F. **Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. 1994.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. **Deus e a Ciência na Terra do Sol: O Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1998.

VELLASCO, Ivan de A. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. *In*: CARVALHO, José M. e NEVES, Lúcia M. **Repensando o Brasil do Oitocentos**: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

VENÂNCIO, Ana. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 10 (3): 883 – 900. Rio de Janeiro, set. – dez. 2003.

VILLASANTE, Olga. Tutela y práctica médica em el Manicomio de Leganés (1852-1900): la población manicomial decimonónica. **Livro de resumos do III Encontro da Rede Iberoamericana em História da Psiquiatria**. Rio de Janeiro. Nov. 2010.

VILLASANTE, Olga. Orden y norma em el Manicomio de Leganés (1851-1900): el discurrir diário del paciente decimonónico. **Frenia**. Vol. VIII-2008, 33-68.